



Município de Serranópolis do Iguaçu
Estado do Paraná
LEI Nº 2283 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

**FIXA VALOR PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR – RPV,
DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS, NOS TERMOS DO ART. 100,
PARÁGRAFOS 3º E 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU, ESTADO DO
PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE,

L E I:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Serranópolis do Iguaçu, Estado do Paraná, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, sendo procedido diretamente pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças ou correspondente, à vista do ofício requisitório expedido pelo Juízo Competente – Requisição de Pequeno Valor – RPV.

§Único – Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações até o valor do Teto Máximo pago a benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, observando sempre e em todo caso, o valor global do processo.


Art. 2º - Se o valor da execução ultrapassar o valor estabelecido no parágrafo único do art. 1º desta Lei, o pagamento far-se-á, sempre por meio de precatório, sendo facultada a parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento, nos termos desta Lei, ficando a Procuradoria Municipal atenta, para que nos autos dos processos não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução, vedados no parágrafo 8º do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 3º - Os pagamentos das RPVs de que trata esta lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolizados na Prefeitura Municipal de Serranópolis do Iguaçu – Estado do Paraná.

Art. 4º - Para os pagamentos de que trata a presente Lei, utilizar-se-á a dotação própria consignada no orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 024/2007, renumerada para 556/2007, de 29 de abril de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serranópolis do Iguaçu, 11 de novembro de 2022.


IVO ROBERTI
Prefeito